

Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo

1. O futuro do sindicalismo é tão incerto, como tudo o resto nas sociedades capitalistas do fim do século. Nem mais nem menos.

Há quem preveja que o movimento sindical, como qualquer outro movimento, tem um ciclo vital, infância, maturidade, velhice e morte. A verdade é que o ciclo vital do sindicalismo está muito ligado ao do capitalismo. Enquanto não se descortinar a morte do capitalismo não parece provável que se possa assistir à morte do sindicalismo. Isto não impede que, entretanto, quer o capitalismo, quer o sindicalismo se transformem profundamente.

A crise do sindicalismo é, contudo, uma evidência e a enorme dificuldade em levar a cabo uma discussão séria sobre o estado do sindicalismo é talvez a prova maior da existência dessa crise.

2. Os problemas com que se debate entre nós o movimento sindical não são específicos da sociedade portuguesa. Tendo causas e características comuns com as do movimento sindical internacional, assumem, no entanto, na nossa sociedade, alguns traços próprios.

É costume dividir o movimento sindical nos países europeus mais desenvolvidos depois da segunda guerra mundial nos seguintes períodos: O primeiro período, finais da década de sessenta, princípios da década de setenta, foi de grande mobilização colectiva dos trabalhadores e seus sindicatos. Foi, aliás, um período de grande mobilização social em geral da qual emergiram novos movimentos sociais com propostas social e

politicamente muito mais avançadas que as dos sindicatos, pressionando-os a abandonar o status quo sindical do pós-guerra. Neste período, a grande questão para os sindicatos foi a da sua capacidade para representar adequadamente reivindicações operárias por vezes radicais e insusceptíveis de acomodar nas estruturas organizativas dos sindicatos.

O segundo período, que corresponde grosso modo à década de setenta, foi o período da concertação social. Perante a forte mobilização colectiva e sem melhores alternativas, o empresariado aceitou uma maior participação dos trabalhadores e dos seus sindicatos na gestão das empresas e da política macro-económica. À medida que a mobilização colectiva se institucionalizou, o Estado assumiu um papel mais central nas negociações colectivas tripartidas.

O terceiro período, que se inicia no princípio da década de oitenta e vem até aos nossos dias, é a crise da macro-concertação social. Novos conceitos de produção pós-fordista reclamam a flexibilização da relação salarial, a segmentação, a fragmentação e diversificação da força do trabalho, e a conseqüente deslocação do centro de gravidade das relações capital-trabalho da macro-concertação para a micro-negociação da empresa. O Estado procura retirar-se e os empresários e gestores ganham poder de iniciativa na gestão da produção.

É hoje reconhecido que, nos países centrais, o movimento sindical emergiu da década de oitenta no meio de três crises distintas ainda que interligadas. A crise da capacidade de

agregação de interesses em face da crescente desagregação da classe operária, da descentralização da produção, da precarização da relação salarial e da segmentação dos mercados de trabalho; a crise da lealdade dos seus militantes em face da emergência contraditória do individualismo e de sentimentos de pertença muito mais amplos que os sindicais que levou ao desinteresse pela acção sindical, à redução drástica do número de filiados e ao enfraquecimento da autoridade das lideranças sindicais; e, finalmente, a crise de representatividade resultante, afinal, dos processos que originaram as duas outras crises.

A descrição desta periodização mostra bem que ela se adequa mal ao movimento sindical português. O primeiro período foi vivido na sua maior parte pelo movimento sindical português em clandestinidade. Lembrar as condições difíceis em que tiveram lugar as grandes mobilizações operárias, sobretudo a partir de 1969, é a melhor maneira de homenagearmos hoje a Intersindical na celebração dos seus vinte cinco anos.

No momento em que nos países europeus se iniciava o período da concertação social ocorreu entre nós o 25 de Abril que transformou profundamente as relações entre o capital e o trabalho. Grande mobilização colectiva, por vezes contra as directivas sindicais, o capital em fuga, os gestores remetidos à gestão do medo, a nacionalização da grande indústria, banca e seguros, um Estado paralizado na sua capacidade repressiva e aparentemente mais próximo do trabalho do que do capital, tudo isto criou momentane-

amente a vertigem do socialismo. Este período vincou uma das marcas mais distintivas do sindicalismo português: o facto de a sua força ser indissociável da influência que pode exercer sobre o poder do Estado.

A segunda metade da década de setenta foi, por isso, particularmente difícil para o movimento. Perante um tecido empresarial dramaticamente heterogéneo tendo, de um lado, um patrão demasiado poderoso, o Estado, ou as multinacionais, e, do outro, uma imensidão de pequenos e médios empresários sem prática nem cultura capitalista, o movimento sindical, saturado de ingerências partidárias, teve de conviver com a frustração de um sonho socialista cada vez mais distante e com uma prática de reconstrução capitalista segundo as receitas do primeiro acordo com o FMI.

É já no fim da década de setenta que se inicia entre nós o período da concertação social. A criação da UGT com forte intervenção do Estado e igualmente saturadas ingerências partidárias, marca o início desse período que tem na criação do Conselho Permanente de Concertação Social em 1984 o seu segundo momento significativo, tendo lugar o terceiro momento já no final da década de oitenta quando a CGTP assume o seu lugar no Conselho. Isto significa que, entre nós, a concertação social se institucionaliza no momento em que há muito estava em crise nos países europeus mais desenvolvidos, então já em plena fase de flexibilização da relação salarial.

No prazo de pouco mais de vinte anos, Portugal viveu em curto-circuito histórico a sobreposição de diferentes momentos de relações entre o capital e o trabalho que noutros países tiveram um desenvolvimento orgânico e sequencial. E para mais viveu-os em dessincronia com o que sucedia em sociedades europeias a que entretanto nos fomos ligando mais e mais em termos económicos e políticos. Quando aí houve mobilização colectiva, tivemos repressão, quando aí houve concertação tivemos mobilização e nacionalizações, quando aí houve crise da concertação e flexibilização aqui tivemos um discurso de concertação e uma prática de flexibilização.

Não admira, pois, que a vida sindical esteja hoje mergulhada numa crise de identidade. Num país com legislação laboral relativamente avançada, os direitos dos trabalhadores são maciça e impunemente violados. Os nossos empresários e gestores contam-se entre os mais arrogantes e hostis de toda a Europa para com a actividade sindical. Nalgumas empresas, os mesmos gestores de há vinte anos confrontam hoje os mesmos dirigentes sindicais de há vinte anos com uma arrogância tal que choca até ao absurdo com o medo que há vinte anos os levava a consultar os trabalhadores por tudo e por nada.

3. A dessincronia entre o movimento sindical português e o europeu não é resolúvel a curto prazo. Enquanto na Europa é hoje comum dizer-se que a reestruturação industrial e nova terciarização da economia estão completadas e que o enfraquecimento que ela provocou no movimento sindical já atingiu o seu ponto mais fundo, em Portugal nada nos garante que isto já tenha sucedido.

A reestruturação está em curso ainda, as pressões sobre o movimento sindical são sobretudo negativas, no sentido da desregulamentação da economia e da divisão do movimento sindical, da degradação dos salários reais e do trabalho precário, e não se vislumbra ainda um padrão civilizado e consistente de relações entre trabalhadores e empresários, um padrão adequado às novas condições de continuada reorganização da produção, cada vez mais dominada pela qualidade e pela competição e concorrência internacionais. Sabemos que estas novas condições funcionam como restrições: o importante é saber como se poderão converter em oportunidades para o movimento operário e sindical.

O movimento sindical português está na contingência de viver os próximos anos em clima de grande insegurança e incerteza que, por vezes, atingirá a própria identidade do interlocutor (vai haver indústria portuguesa ou indústria em Portugal? Há uma classe empresarial portuguesa ou uma classe empresarial em Portugal, ou nem uma coisa nem outra? Há um Estado Português ou um Estado em

Portugal que executa no nosso país as directivas da União Europeia?).

Nestas condições o sindicalismo português será certamente solicitado em direcções opostas. Por um lado, pretender-se-á que navegue à vista, assumindo uma estratégia defensiva dominada pela lógica da guerra de posição. Por outro lado, pretender-se-á que atente para além do que está próximo e visível, que seja agressivo e criativo nas suas propostas e que, aproveitando as inseguranças presentes, que também atingem o empresariado, assuma uma estratégia dominada pela lógica da guerra de movimento.

Dada a volatilidade das condições presentes, não é possível decidir com segurança se uma ou outra postura é a mais correcta. A minha intuição e o meu senso comum de sociólogo diz-me que a segunda, sendo a mais difícil, é a mais promissora. Perfilho-a, no entanto, com um qualificativo importante. É que, em meu entender, para ter êxito, uma estratégia de longo alcance, agressiva e criativa tem de começar por aplicar-se ao próprio movimento sindical, questionando-o de alto a baixo na convicção de que a co-participação na construção de um futuro melhor só é possível se assentar na co-responsabilização nos erros do passado que desembocaram no presente.

Em meu entender, é preferível que seja o movimento sindical a questionar-se a si próprio e por sua iniciativa, até porque, se o não fizer, acabará por ser questionado a partir de fora, como já está a suceder, e por forças sociais e políticas que lhe são hostis.

Por assim entender, centro as minhas teses e o meu apelo nas tarefas de autoquestionamento do sindicalismo português convicto de que por esta via se obterá a prazo uma maior dignificação do trabalho e do sindicalismo.

4. O movimento sindical foi moldado e consolidado ao nível das sociedades nacionais. Hoje está sob uma dupla e contraditória pressão destruturadora: a pressão das exigências locais e localizantes, por um lado, e a pressão das exigências transnacionais e transnacionalizantes, por outro.

Tanto as pressões locais como as transnacionais conduzirão a um processo de reconstrução institucional do sindicalismo que será longo e difícil mas o único susceptível de transformar as dificuldades em oportunidades.

Em última instância, as dificuldades decorrem do estreito e desigual quadro em que opera a função histórica primacial dos sindicatos: a luta e a negociação colectivas. O patronato e os governos nacionais partem para a negociação colectiva ancorados em políticas económicas internacionais. As suas propostas reflectem a mundialização dos capitais, obedecem a lógicas de regulação mundial ou de espaços económicos integrados e a quadros de concorrência sectorial definidos à escala global. Ao contrário, os trabalhadores discutem, no essencial, em estrito quadro nacional, reflectindo a imperfeição do fenómeno de mundialização, isto é, o facto de a força de trabalho ser ainda essencialmente local.

A desproporção de forças é, assim, abissal: todos os governos (sejam eles liberais, conservadores ou socialistas) apresentam à mesa das negociações, grosso modo, as mesmas soluções: contenção ou redução salarial; segmentação e flexibilização do mercado de trabalho; desmantelamento das aquisições do Estado-Providência (onde exista); e impulso aos programas privatizadores. Com os dois primeiros objectivos, os governos querem evitar a queda dos lucros na expectativa da retoma dos investimentos. Com os dois últimos, o objectivo é manter em níveis toleráveis o défice orçamental. A opção estratégica da actual ordem económica é o controlo nacional das tensões inflacionárias e não do emprego.

Esta é talvez a principal dificuldade prática da função sindical e uma das causas mais fortes da descrença na força do sindicalismo. Assim sendo, os dirigentes sindicais não podem adiar por mais tempo a extracção de consequências. Estamos em presença de uma contradição não passageira e que exige respostas à altura do que está em jogo. Há um problema de lugar para o sindicalismo no contexto da mudança de espaço e de escala em que operam as políticas económi-

cas à luz das transformações em curso nos sistemas produtivos.

5. A globalização da economia e as transformações nos sistemas produtivos estão a alterar profundamente as relações no espaço da produção. Estas relações são de dois tipos: as relações de produção contratualmente estabelecidas entre o trabalho e o capital e que constituem no seu conjunto a relação salarial, e as relações na produção que governam o trabalho concreto realizado pelos trabalhadores durante o dia de trabalho, relações entre trabalhadores, destes com supervisores, com gestores, segundo as normas e regulamentos da empresa, às vezes fixadas por escrito, outras vezes não escritas e transmitidas oralmente segundo a «cultura de empresa».

Estes dois tipos de relações, sendo indissociáveis, têm lógicas diferentes e é igualmente diferente o impacto das transformações recentes em cada um deles. Assim, a flexibilização das relações de produção significa invariavelmente a precarização da relação salarial, enquanto a flexibilização das relações na produção pode significar enriquecimento e maior autonomia do processo de trabalho, ou seja, diminuição da alienação no trabalho. Historicamente o movimento sindical tendeu a privilegiar as relações de produção, negligenciando as relações na produção. Quanto mais contestatário o sindicalismo, mais vincada foi essa tendência.

Este facto esteve na origem de uma das debilidades do sindicalismo. Ao centrar-se prioritariamente nas questões do emprego e do salário, os sindicatos tenderam a desinteressar-se dos desempregados, das mulheres, dos reformados e dos jovens à procura do primeiro emprego, e, ao fazê-lo, descuraram um campo imenso de solidariedade potencial. Mas, por outro lado, em relação aos trabalhadores com emprego em que sempre se interessaram, interessaram-se sempre e apenas por uma pequena fracção das suas preocupações. De facto, os trabalhadores que estão empregados e recebem um salário confrontam-se no seu quotidiano com muitos problemas que afectam decisivamente a sua qualidade de vida e a sua dignidade en-

quanto cidadãos para os quais os sindicatos que os representam não têm resposta adequada. Tais problemas, por relevarem das relações na produção, são considerados menos importantes e são deixados para comissões de trabalhadores que hoje, na maioria dos casos, ou não existem ou estão desactivadas, ou, quando existem, são quase sempre olhadas com suspeita pelas estruturas sindicais.

6. As transformações recentes do capitalismo mundial estão a alterar profundamente, tanto as relações de produção, como as relações na produção e, sobretudo, as relações entre umas e outras. O impacto destas alterações nas organizações dos trabalhadores é difícil de prever mas não será demasiadamente ousado pensar que ele será muito significativo. São as seguintes as principais transformações:

— a transnacionalização da economia protagonizada por empresas multinacionais que convertem as economias nacionais em economias locais e dificultam se não mesmo inviabilizam os mecanismos de regulação nacional, sejam eles predominantemente estatais, sindicais ou patronais;

— a descida vertiginosa na quantidade de trabalho vivo necessário à produção das mercadorias, fazendo com que seja possível algum crescimento sem aumento de emprego;

— o aumento do desemprego estrutural gerador de processos de exclusão social agravados pela crise do Estado-Providência;

— a enorme mobilidade e consequente deslocalização dos processos produtivos tornadas possíveis pela revolução tecnológica e imperativas pela predominância crescente dos mercados financeiros sobre os mercados produtivos que tende a criar uma relação salarial global, internamente muito diferenciada mas globalmente precária;

— o aumento da segmentação dos mercados de trabalho, de tal modo que nos segmentos degradados os trabalhadores empregados permanecem, apesar do salário, abaixo do nível de pobreza, enquanto nos segmentos protegidos a identificação como trabalhador desaparece dado o nível de vida e a autonomia de traba-

lho e o facto de os ciclos de trabalho e de formação se sobreporem inteiramente;

— a saturação da procura de muitos dos bens de consumo de massa que caracterizaram a civilização industrial, de par com a queda vertical da oferta pública de bens colectivos, tais como a saúde, o ensino e a habitação.

— a destruição ecológica, que paradoxalmente alimenta as novas indústrias e serviços ecológicos ao mesmo tempo que degrada a qualidade de vida dos cidadãos em geral;

— o desenvolvimento de uma cultura de massas dominada pela ideologia consumista e pelo crédito ao consumo que aprisionam as famílias à prática ou, pelo menos, ao desejo da prática do consumo;

— as alterações constantes nos processos produtivos que para vastas camadas de trabalhadores tornam o trabalho mais duro, penoso e fragmentado e, por isso, insusceptível de ser motivo de auto-estima ou gerador de identidade operária ou de lealdade empresarial;

— o aumento considerável dos riscos contra os quais os seguros adequados são inacessíveis à grande maioria dos trabalhadores.

Entre outras, estas são transformações vastíssimas e muito heterogêneas, que ora se potenciam umas às outras, ora se neutralizam, sendo, pois, impossível prever o seu impacto global nas relações de produção ou nas relações na produção. Mas as seguintes ocorrências parecem mais prováveis que improváveis.

Em primeiro lugar, as relações de produção serão em geral cada vez mais instáveis, precárias, e insusceptíveis de ser reguladas a nível nacional e muito menos homogeneamente. Serão, pelo contrário, cada vez mais importantes as regulações locais e transnacionais e todo o problema reside na possibilidade de incorporar nesta realidade o princípio da solidariedade. Ao contrário do que pretendem o credo neoliberal, a estabilidade mínima da vida de vastas camadas das classes trabalhadoras terá de ser obtida por mecanismo políticos directos (como, por exemplo, rendimento familiar mínimo garantido) em que os trabalhadores contam como cidadãos

e em que os sindicatos intervêm a par de outras organizações sociais e políticas.

Em segundo lugar, quanto mais instáveis e precárias forem as relações de produção, mais intensamente a experiência laboral será dominada pelas relações na produção. Por outras palavras, quanto mais difícil se torna defender a relação salarial, mais importante se torna lutar pela qualidade das relações sociais no processo de trabalho concreto, ainda que os dois combates sejam estrategicamente um só. Se assim for, as funções assumidas pelas comissões de trabalhadores ao nível do local de trabalho tenderão a ter um papel cada vez mais importante. Por outro lado, quanto mais a produção de bens e serviços for dominada por multinacionais, maior será a necessidade de articular as reivindicações locais com as reivindicações transnacionais e de o fazer muitas vezes ao nível da empresa. As comissões de trabalhadores, funcionando em rede transnacional, estão em melhores condições para realizar tal articulação.

Uma terceira ocorrência é que a experiência de trabalho, sendo cada vez mais presente e premente enquanto prática de vida, será cada vez mais desvalorizada enquanto cultura e ideologia. Será cada vez mais cercada e relativizada por experiências culturalmente mais valorizadas tais como a experiência da cidadania contra a exclusão social, da participação contra a alienação, da democracia contra os fascismos privados, dos direitos do consumidor contra um consumo degradado, dos direitos ecológicos e culturais contra a perda da qualidade de vida. Por esta via, far-se-á uma transferência progressiva da identidade operária para identidade cidadã. Isto significa valorizar o que de melhor a cultura operária produziu: uma ambição de cidadania partilhável por toda a sociedade. Esta transferência terá duas consequências principais. Por um lado, a cidadania no espaço da produção convoca de novo as comissões de trabalhadores a um papel mais central, a uma relação mais equilibrada entre sindicatos e comissões de trabalhadores e, sobretudo, a que uns e outras estejam mais dependentes do universo dos trabalha-

dores no espaço da produção. Só isso poderá impedir que os patrões ou os seus gestores continuem a tentar usar as comissões de trabalhadores para enfraquecer os sindicatos, afastando-os dos processos de negociação. Por outro lado, a cidadania fora do espaço da produção convoca o movimento sindical a articular-se com outros movimentos sociais progressistas, movimentos de consumidores, ecológicos, antiracistas, feministas, etc. Muitas das energias contestatárias contidas no movimento sindical devem ser deslocadas para a articulação com estes outros movimentos.

Estas ocorrências criam assim oportunidades novas de reforçar a democracia sindical e de, através delas, construir, a partir da base, a unidade sindical. Quando eleitas pelo universo dos trabalhadores, as comissões de trabalhadores cumprem essa exigência democrática. É sabido, contudo, que tais comissões só sobrevivem nalgumas empresas, quase sempre grandes empresas, e que são inúmeras as dificuldades para formar e manter quadros sindicais ao nível da empresa.

Deve defender-se que onde não existam comissões de trabalhadores estas sejam criadas ou então sejam as comissões sindicais a absorver as funções das comissões de trabalhadores. Mas, para isso, é indispensável que as comissões sindicais deixem de ser eleitas pela via sindical e passem a ser eleitas pelo universo de trabalhadores, a partir de listas compostas por sindicalistas, independentemente da central a que pertençam. Por esta via, conferir-se-á uma nova legitimidade à acção sindical transformando-a em factor de unidade dos trabalhadores, uma unidade construída a partir da base e bem colada aos interesses, às aspirações e às escolhas dos trabalhadores.

Esta participação é também uma responsabilização. Perante a volatilidade das decisões, dos acordos e dos conflitos, a responsabilização tem de ser cada vez mais transparente. As eleições para as comissões de trabalhadores e para as comissões sindicais são um meio fundamental para conseguir tal transparência, mas não certamente o único. Há, por exemplo, que revalorizar o referendo como for-

ma de sustentar as boas decisões e os bons acordos, mas também como forma de responsabilizar os trabalhadores por eventuais más decisões ou maus acordos.

A exigência da cidadania é uma exigência de democracia e de participação. Só a podem fazer genuinamente face às outras forças sociais as comissões de trabalhadores e os sindicatos que as cumpriram internamente. Sem democracia interna o apelo à democracia externa é uma mistificação que já não engana nem quem o faz.

7. As relações entre partidos e sindicatos têm raízes históricas profundas que, de resto, variam significativamente de país para país. No período de refundação do movimento sindical que começámos a atravessar, tais relações e raízes têm de ser reavaliadas radical e criticamente.

Os partidos democráticos continuam a entender o movimento sindical como correia de transmissão. O espaço de intervenção que este lhes faculta não está sujeito às regras do espaço público e é, por isso, vulnerável à criação de privilégios oligárquicos e à substituição das fontes de legitimidade.

Longe de mim contestar o direito dos militantes partidários à intervenção sindical, mas é facto que as condições antidemocráticas em que se gerou, na clandestinidade, o movimento sindical português, favoreceram a influência do PCP na Inter-sindical. As condições antidemocráticas em que se travaram, na clandestinidade, as rivalidades entre o PCP e o PS e as condições revolucionárias em que essas rivalidades continuaram no imediato pós-25 de Abril, favoreceram a influência do PS na constituição e consolidação da UGT. Estas influências — que, não raro, se transformaram em ingerências — qualquer que tenha sido a sua justificação no passado, são hoje um dos factores da crise de confiança de muitos trabalhadores nas suas organizações de classe.

A influência na CGTP, por vir de um partido obrigado, na prática, a uma postura de contra-poder, privilegiou exageradamente um sindicalismo de contestação. A influência na UGT, por vir de um partido sem vocação

para partido de oposição, privilegiou exageradamente um sindicalismo de participação. Os exageros de um sindicalismo de contestação, que não produz resultados palpáveis, e de um sindicalismo de participação, que confunde participação com consentimento aos critérios arbitrários da gestão, contribuíram para criar um vazio onde prosperou o sindicalismo defensivo, num quadro geral de dessindicalização.

Esta situação é tanto mais grave quanto é certo que nem o sindicalismo de contestação nem o sindicalismo de participação têm condições para continuar a actuar entre nós nas formas em que o têm feito até agora. Assim, o sindicalismo de contestação corre o risco de desaparecer, não por falta de energia ou motivação dos dirigentes sindicais, mas pura e simplesmente por encerrarem as empresas onde ele era mais forte e tinha tradição. Por seu lado, o sindicalismo de participação, que entre nós é muito mais uma aspiração que uma vivência, corre o risco de se desacreditar pela trivialidade dos acordos em que se afirma.

As dificuldades dos dois tipos de sindicalismo residem ainda numa característica comum, que os une para além de tudo o que os divide. É que, quer um quer outro tipo de sindicalismo, assenta entre nós num sentimento de fragilidade e na ideia de que o que quer que se consiga de benefício para os trabalhadores só se consegue quando o Estado intervém. Ora, o Estado tende a intervir cada vez menos e quando intervém tende a fazê-lo cada vez mais contra os interesses dos trabalhadores.

O fim das relações privilegiadas entre as organizações sindicais e os partidos é urgente e quanto mais tarde ocorrer pior para os sindicatos. O fim dessas relações é exigido pelas novas condições da luta sindical que separam, como nunca antes, o objectivo de civilizar o capitalismo e o objectivo de construir um socialismo civilizacional.

Na medida em que o objectivo é civilizar o capitalismo, os sindicatos continuarão a ser uma organização privilegiada mas, para isto, terão de agir com total autonomia em relação aos partidos e de ser totalmente indi-

ferentes às preferências partidárias dos trabalhadores ou dos patrões.

Na medida em que o objectivo seja construir um socialismo civilizacional, os sindicatos não têm quaisquer privilégios organizacionais e, portanto, não estão em condições de ditar nenhuma relação privilegiada com quaisquer partidos ou outras organizações. Por isso, sempre que houver relações privilegiadas, eles serão sempre mais vitimizados do que beneficiados por elas. Deverão, ao contrário, articular-se com todos os movimentos apostados na constituição do socialismo civilizacional. A influência que cada uma destas perspectivas vier a disfrutar entre os trabalhadores deve resultar da vontade destes democraticamente expressa.

Tal como as organizações sindicais, os partidos políticos formaram-se tendo em vista a sociedade nacional e, portanto, tal como eles estão hoje sujeitos às pressões tanto locais e localizantes como transnacionais e transnacionalizantes. As crises que tais pressões provocam nos sindicatos e nos partidos têm algumas semelhanças, mas são estruturalmente distintas. Tal como aconteceu no passado, é natural que os partidos tentem resolver as suas crises à custa dos sindicatos e vice-versa, que os sindicatos tentem resolver as suas crises à custa dos partidos. Porque a refundação sindical tem de ser mais profunda que a refundação partidária, a confusão entre as crises dos partidos e a crise dos sindicatos é mais prejudicial para os sindicatos do que para os partidos. E o mesmo sucede com a confusão entre os modos de resolver tais crises. Assim, se é mau para os sindicatos que estes tentem resolver as suas crises à custa dos partidos, é ainda pior para os sindicatos que os partidos tentem resolver as suas crises à custa dos sindicatos.

8. O novo sindicalismo receberá do velho sindicalismo as tradições opostas da contestação e da participação mas recebe-as transformando a oposição entre elas em complementaridade. A complementaridade entre as duas tradições pressupõe a união operacional do movimento sindical.

O novo sindicalismo tem de ser pragmaticamente de contestação e de participação. A opção entre uma ou-

tra estratégia será ditada pelos seguintes três critérios, dispostos por ordem decrescente de valência: (1) a opção que melhor evita a dessindicalização e o sindicalismo defensivo; (2) a opção que mais eficazmente divide os patrões em termos de adesão ao capitalismo civilizado, (3) a opção que garante a maior neutralidade possível de um Estado que nunca é neutral.

Na grande maioria das situações, a melhor estratégia é a que mistura em doses diferentes a contestação e a participação. Consoante os casos, teremos uma contestação participativa ou uma participação contestatária. Nas novas condições de desenvolvimento do capitalismo, o movimento sindical consolidar-se-á tanto mais quanto melhor calibrar as doses necessárias de participação e de contestação na sua estratégia. Fazer-lo-á tanto melhor quanto mais flexível e atenta às condições concretas for a calibragem das doses e quanto mais criativas forem as misturas entre elas.

9. O compromisso político dos sindicatos é com os trabalhadores e a democracia. É um compromisso duplamente exigente. Porque os trabalhadores são menos cidadãos da sua empresa do que são do seu país, a democracia representativa é sempre para eles uma experiência limitada e frustrante. Os limites e as frustrações desta experiência só podem ser superados, por via progressista, na medida em que a democracia representativa for complementada pela democracia participativa tanto no espaço público como no espaço da produção. Os sindicatos actuam no espaço público enquanto movimento social e parceiro social e actuam no espaço da produção enquanto representantes dos trabalhadores.

O que mais profundamente distingue os sindicatos dos partidos é que os sindicatos, ao contrário dos partidos, têm de praticar simultaneamente a democracia representativa e a democracia participativa e em termos tais que a primeira só é possível na medida em que é sustentada pela segunda. A dificuldade da democraticidade interna dos sindicatos é, assim, dupla e traduz-se num paradoxo: a experiência da democracia representativa foi sempre para os trabalhadores uma experiência limitada e frus-

trante; mas o movimento sindical nunca dispôs de uma cultura organizacional que desse prioridade à democracia participativa, salvo em momentos e processos episódicos.

Porque os trabalhadores são sempre cidadãos de segunda classe nas suas empresas, o défice de democracia face ao patrão facilita subrepticamente a reprodução de um défice de democracia face às estruturas sindicais. Em situações extremas, os dois défices são tão semelhantes que os trabalhadores têm dificuldade em os distinguir. Quando uma estrutura sindical organiza um plenário sindical dispondo na sala os seus dirigentes e planeando as suas intervenções de modo a abafar, a desautorizar ou desencorajar todas as vozes discordantes em relação à estratégia sindical definida de antemão pela estrutura, quando procede assim está a perfilhar uma concepção de participação dos trabalhadores muito semelhante à do patrão que considera que envolve participativamente os trabalhadores na vida da empresa quando os consulta sobre se o piso da fábrica está ou não escorregadio.

10. Em conclusão, o movimento sindical está perante um desafio global e as oportunidades para o vencer não são menores que as de ser vencido por ele. Este desafio coloca-se a diferentes níveis. Os mais importantes são os seguintes:

O desafio da solidariedade. O movimento sindical tem de revalorizar e de reinventar a sua tradição solidarista de modo a desenhar um novo, mais amplo e mais arrojado arco de solidariedade adequado às novas condições de exclusão social. É antes de mais necessário uma nova solidariedade entre trabalho com emprego e trabalho sem emprego e é à luz dela que, em parte, se deve discutir a questão da redução nacional e internacional do horário de trabalho e do trabalho entre idosos. É desde logo também necessário uma nova solidariedade entre homens e mulheres trabalhadores. Os estudos de sociologia do trabalho demonstram à sociedade as múltiplas discriminações de que são vítimas as mulheres no processo de selecção e nas carreiras, no modo como são sujeitas a exames médicos discriminatórios e a questio-

nários sobre a vida íntima, indiscretos quando não mesmo indecentes. E tudo isto ocorre muitas vezes perante o silêncio e senão mesmo com a conviência do sindicato ou da comissão de trabalhadores.

Acima de tudo, é necessário reconstruir as políticas de antagonismo social que confirmam ao sindicalismo um papel acrescido na sociedade e o transformem num factor de esperança na possibilidade de uma outra forma de organização social. Um sindicalismo menos partidário e mais político, menos sectorial e mais solidário. Um sindicalismo de mensagem integrada e alternativa civilizacional, onde tudo liga com tudo: trabalho e meio ambiente; trabalho e sistema educativo; trabalho e feminismo; trabalho e necessidades sociais e culturais de ordem colectiva; trabalho e Estado-Providência; trabalho e terceira idade; etc.

Para isto, o sindicalismo tem de saber beber inovadoramente nas suas melhores raízes e tradições. O sindicalismo tem de voltar a ser parte integrante da "sociedade-providência", capaz de absorver funções tradicionais do Estado em vários domínios da "assistência" e susceptível de recuperar o que de melhor existia na tradição comunitária e auto-educativa do sindicalismo do fim do séc. XIX e início do século — um sindicalismo não simplesmente prestador de serviços, de repartições de horário normal, mas dinamizador de espaços comunitários. Esta actividade social conferirá uma nova acuidade à questão do financiamento dos sindicatos. É exigível que o Estado transfira para os sindicatos os recursos necessários ao desempenho adequado destas actividades, à semelhança do que faz em relação a outras instituições da sociedade civil. Por outro lado, é necessário repensar a questão dos fundos de solidariedade para iniciativas de reconversão da actividade profissional, de apoio aos jovens, aos idosos, aos desempregados. É recomendável que uma parte das receitas sindicais seja obrigatoriamente afectada a tais fundos de solidariedade.

O desafio da unidade. Nas sociedades capitalistas, a luta entre os sindicatos e os empresários é sempre desigual e o Estado não é solução

para essa desigualdade. No entanto, os desequilíbrios são dinâmicos e mutáveis. Assim, se é fácil ao capital e ao Estado dividir o movimento sindical, este não deve desistir de (1) manter a unidade, (2) dividir o capital e o Estado de modo a tirar proveito da divisão.

As razões que levaram à divisão do movimento sindical já não se mantêm hoje. Na luta por um capitalismo civilizado não há qualquer justificação para um movimento sindical dividido. Na luta pelo socialismo civilizacional, o movimento sindical é apenas um entre muitos outros movimentos, e não será sequer o mais importante.

Foi historicamente mais fácil dividir o movimento sindical do que será voltar a uni-lo. Será um processo mais ou menos longo, em várias etapas, algumas delas só possíveis com a sucessão das gerações. Se a concertação da acção sindical é um imperativo da presente geração de sindicalistas, a fusão só será possível com a próxima geração. E nessa altura será imperativa, se não for entretanto tarde demais.

A unidade não é um valor em si mesma. Só faz sentido onde o capital quer ver os trabalhadores divididos, ou seja, na concertação social e na negociação colectiva. Para além disso, quer ao nível nacional, quer ao nível transnacional e sobretudo local, a diversidade das situações e das expectativas não deve ser escamoteada em nome de pretensas unidades que quase sempre escondem a preponderância dos interesses de algum grupo sindical. A inovação e a criatividade das iniciativas de base deve ser sempre promovida como fonte de novas possibilidades de unidade e de solidariedade. Um bom caminho para a unidade e para a solidariedade construídas a partir da base é a eleição pelo universo dos trabalhadores das comissões sindicais, tal como das comissões de trabalhadores, a realização de referendos sobre decisões importantes.

O desafio da escala organizativa. Contrariamente às aspirações do movimento operário do séc. XIX, foram os capitalistas de todo o mundo que se uniram e não os operários. Pelo contrário, enquanto o capital se

globalizou, o operariado localizou-se e segmentou-se. Há que tirar as lições deste facto. O capital desembarçou-se muito mais facilmente da escala nacional que o movimento sindical. Na fase que se avizinha o movimento sindical terá de se reestruturar profundamente de modo a apropriar-se da escala local e da escala transnacional pelo menos com a mesma eficácia com que no passado se apropriou da escala nacional. Da revalorização das comissões de trabalhadores e de comissões sindicais com funções alargadas à transnacionalização do movimento sindical desenha-se todo um processo de destruição institucional e de construção institucional.

O desafio da lógica organizativa. Apesar da experiência do trabalho ser cada vez mais absorvente, quer quando se tem essa experiência, quer quando se está privado dela, o colectivo dos trabalhadores está social e culturalmente isolado. Quanto maior o isolamento social, maior é a predisposição para criar sentimentos de desconfiança e de ressentimento em relação a todos os que não partilham o quotidiano do trabalho e entre eles estão os próprios dirigentes sindicais. A actual lógica organizativa dos sindicatos pode assim contribuir para aprofundar o isolamento social do colectivo do trabalho.

Da lógica do controlo e do aparelho à lógica da participação e do movimento, o movimento sindical deve reorganizar-se de modo a estar simultaneamente mais próximo do quotidiano dos trabalhadores enquanto trabalhadores e das aspirações e direitos legítimos dos trabalhadores enquanto cidadãos. Para isso, é preciso desenhar estratégias para "premiar" os sindicalistas mais activos em vez dos sindicalistas mais dóceis perante directivas centrais; para fazer assentar a formação dos sindicalistas na ideia da solidariedade concreta para com trabalhadores concretos e não na ideia abstracta do patrão como inimigo, uma ideia inviável na prática e psicologicamente inibidora; e, finalmente, estratégias para evitar a burocratização dos dirigentes e para permitir que eles enriqueçam os seus lugares de trabalho com a experiência de dirigentes através da rotação

frequente e de mandatos não renováveis ou só restritamente renováveis.

Em suma, é necessário um sindicalismo de base, radicalmente democrático onde o peso dos aparelhos nos processos de decisão seja drasticamente limitado e os processos de decisão colectiva usem todas as formas de democracia, nomeadamente as que diminuam as suspeitas de instrumentalização.

Esta transformação da lógica organizativa interna deverá, para ter êxito, ser complementada por uma transformação da lógica organizativa externa. O movimento sindical tem de procurar articulações com outros movimentos sociais e tem de reivindicar o direito de estar presente, enquanto tal, em lutas não especificamente sindicais. Mas a solidariedade para fora não pode ser imposta para dentro. A solidariedade para fora ou nasce de dentro ou é manipulação política.

O desafio da lógica reivindicativa. A fragmentação do processo produtivo acarreta a da força de trabalho, mas também, de algum modo, a da actividade empresarial pelo menos ao nível local e regional. Embora as forças sejam muito desiguais, o trabalho deve tentar diferenciar e segmentar o capital no próprio processo em que é diferenciado e segmentado por este. A flexibilização é uma via de dois sentidos e os sindicatos têm de ser tão selectivos face aos empresários e gestores, tal como estes o são em relação aos trabalhadores. Daí, a necessidade de um cada vez maior pragmatismo na opção entre contestação e participação, nas muitas combinações possíveis entre ambas e nas mudanças entre elas de um momento para outro, de uma empresa para outra, de um sector para outro. O importante é que em cada opção cada uma das estratégias seja a adoptada ou reivindicada com autenticidade: contestação genuína em vez de contestação simbólica; participação em assuntos importantes em vez de participação em assuntos triviais.

Para além de pragmáticas e de autênticas, as formas de luta têm de ser inovadoras e criativas. Numa sociedade mediatizada, é preciso ir além da greve de 24 horas e da manifestação ainda que se reconheça que a

luta pela presença da comunicação social possa introduzir factores de combate estranhos ao conflito.

Por outro lado, a acção reinventiva não pode deixar de fora nada do que afecte a vida dos trabalhadores. Não se trata apenas do desenvolvimento regional, da formação profissional, da reestruturação dos sectores. Trata-se também dos transportes, da educação, da saúde, da qualidade do meio ambiente e do consumo. O sindicalismo já foi mais movimento que instituição. Hoje é mais instituição que movimento. No período de reconstituição institucional que se avizinha, o sindicalismo corre o risco de se esvaziar se entretanto não se reforçar como movimento. A concertação social tem de ser um palco de discussão e de luta pela qualidade e a dignidade da vida e não incidir meramente sobre rendimentos e preços.

O desafio da cultural sindical. O desafio cultural é talvez o maior com que se confronta o movimento sindical. Historicamente os trabalhadores começaram por ser trabalhadores e só à custa de muitas lutas em que os sindicatos tiveram um papel preponderante conquistaram o estatuto de democrático da cidadania. Essa história, rica e nobre, continua a pesar no movimento sindical. Hoje, porém, os tempos mudaram. O trabalhador está hoje menos interessado em eliminar o patrão do que forçá-lo a agir de modo a que dignifique o trabalho e o trabalhador e que conceda igualdade de condições quando não há nenhum motivo razoável ou justo para a desigualdade. Os trabalhadores são cidadãos que trabalham e os sindicatos só farão justiça às suas preocupações e aspirações se os reconhecerem acima de tudo pelo seu estatuto de cidadãos. Para isso, a cultura sindical terá de mudar. Sem renunciar à história, sem a qual não estaríamos onde estamos hoje, é preciso substituir uma cultura obreirista, que associa progresso a crescimento do PIB, por uma cultura democrática de cidadania activa para além da fábrica.

A sociedade está a mudar. Seria absurdo pensar que o sindicalismo poderia manter-se inalterado ou apenas mudar o necessário para permanecer como está. Nos tempos que se avizinha, a vitalidade do sindicalismo

aferrir-se-á pela capacidade para se autotransformar, por iniciativa própria e não a reboque da iniciativa dos outros, antecipando as oportunidades em vez de reagir à beira do desespero, acarinhando a crítica e respeitando a rebeldia quando ela vem de sindicalistas dedicados e com provas dadas. Se assim fizer, evitará a deserção dos melhores, atrairá as gerações mais novas e barrará o caminho ao sindicalismo defensivo. Democracia interna construída a partir da base, criatividade na soluções desde que assentes na participação e no risco calculado, unidade descomplexada entre as diferentes organizações sindicais, articulação entre o movimento sindical e todos os outros movimentos sociais que lutam pela qualidade da cidadania, da democracia e, afinal, pela qualidade da vida: estas parecem ser as receitas para o êxito nos momentos difíceis que se avizinhão.

Um apelo

Aproveitando a honra que a CGTP me concede de festejar com ela os 25

anos da sua fundação, lanço aqui um apelo às duas centrais para que o Primeiro de Maio deste ano seja comemorado em conjunto, vinte e um anos depois da primeira e única vez em que tal sucedeu. Será um acto simbólico que por si não significa unidade efectiva, mas será um sinal com a força própria dos símbolos, um sinal de que os dirigentes sindicais, no seu conjunto, estão conscientes de que nos anos que se avizinhão a dignificação do trabalho e dos trabalhadores exigirá que se potencie tudo o que pode unir os trabalhadores e desincentivar tudo o que os pode dividir. Não haverá, assim, entre os promotores de tal iniciativa, vencedores ou vencidos. Vencidos serão os que apostam na modernização neoliberal do nosso país, assente num capitalismo tão pouco civilizado que facilmente se confunde com o capitalismo selvagem. Vencedores serão os trabalhadores portugueses no seu conjunto e a democracia portuguesa. ▼

VÉRTICE

Próximo número

O 50.º aniversário do fim da II Guerra Mundial

Vértice n.º 69 — Novembro/Dezembro

O próximo número da Vértice será dedicado ao 50.º aniversário do fim da II Guerra Mundial. Colaboram:

Albano Nunes	João Paulo Avelãs Nunes
António José Telo	Jorge Messias
Augusto José Monteiro	José Dias Coelho
Carlos Fraião	José Martinho
Christa Heinrich	José Miranda Justo
Ericina Santos	Manuel Loff
Fernanda Rollo	Patrik von zur Muhlen
Fernando Martinho	Paulo Canelas de Castro
Hans Woller	Pedro Ramos de Almeida
Heloisa Paulo	Rafael Godinho
Irene Pimentel	Rui Mário Gonçalves
Isabel Ferreira Nunes	Rui Paz
Maria Inácia Rezola	Teresa Salema Cadete
Maria João Martins	Urbano Tavares Rodrigues